

INFORME JURÍDICO

ANO XXVI

INFORME DA ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES

18 / JANEIRO / 2022

DESTAQUES

STF: É VÁLIDA LEI QUE PERDOA DÍVIDA DECORRENTE DE BENEFÍCIO FISCAL INCONSTITUCIONAL

Decisão foi proferida em repercussão geral
Por Valor — São Paulo

[Leia Mais](#)

STF RECEBE MAIS UMA AÇÃO CONTRA NOVO REGIME DE PRECATÓRIOS

OAB, AMB e servidores públicos questionam Emendas Constitucionais (ECs) 113/2021 e 114/2021. PDT também contestou as mudanças.

[Leia Mais](#)

PLENÁRIO PRESENCIAL

ICMS EM TRANSFERÊNCIA DE MERCADORIA: GILMAR MENDES PEDE DESTAQUE, E CASO SERÁ REINICIADO

Julgamento desses embargos, ainda sem data definida, é aguardado com preocupação por Estados e contribuintes

[Leia Mais](#)

STF

DISCUSSÃO SOBRE COBRANÇA DO DIFAL DE ICMS EM 2022 CHEGA AO STF

Segundo estados, adiar cobrança do Difal de ICMS trará um impacto de R\$ 9,8 bilhões aos cofres públicos

FLÁVIA MAIA

[Leia Mais](#)

LEI DE DESONERAÇÃO DE FOLHA PARA 17 SETORES DA ECONOMIA É PUBLICADA

Da Agência Senado

A desoneração permite às empresas dos setores beneficiados, como as da construção civil, pagarem alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre a folha de salários

Lúcio Bernardo Jr/Agência Brasília

[Leia Mais](#)

CONFAZ AUTORIZA COBRANÇA DO DIFERENCIAL DE ICMS

Sem o Difal, os Estados correm o risco de perder R\$ 9,8 bilhões em arrecadação

Por Beatriz Olivon — De Brasília

[Leia Mais](#)

IMPOSTOS EM 2022

ALÉM DE DESONERAÇÃO DA FOLHA, ÚLTIMO DIA DE 2021 TEVE NOVAS REGRAS TRIBUTÁRIAS

Entenda as mudanças em impostos que passam a valer neste ano. Empresas de diferentes setores são afetadas

CRISTIANE BONFANTI

BÁRBARA MENGARDO

[Leia Mais](#)

GUEDES ATRELA APOIO A REFIS PARA EMPRESAS À APROVAÇÃO DE REFORMA DO IR

Por Fernando Oliven - Comunicação Fenacon

Projeto, que eleva a faixa de isenção de R\$ 1,9 mil para R\$ 2,5 mil e taxa de dividendos e lucros com uma alíquota de 15%, foi colocado na geladeira pelo relator do Senado

[Leia Mais](#)

SECRETARIA DE FAZENDA DE SP REGULAMENTA TRANSFERÊNCIAS DE CRÉDITO ACUMULADO DE ICMS

Limite do Programa ProAtivo é de R\$ 120 milhões

Por Beatriz Olivon

[Leia Mais](#)

INVESTIGAÇÃO DE CIBERCRIME FICARÁ MAIS ÁGIL COM ADESÃO DO BRASIL À CONVENÇÃO

Com adesão, Brasil contará com a cooperação internacional em investigações

Por Gilmar Santos — De São Paulo

[Leia Mais](#)

RIO DE JANEIRO AUTORIZA USO DE PRECATÓRIO DE TERCEIROS PARA CONTRIBUINTE PAGAR DÍVIDA

Lei editada neste mês estipula regras gerais para a compensação

[Leia Mais](#)

EMPRESÁRIOS PEDEM PARA GOVERNO RETOMAR BENEFÍCIO A EXPORTAÇÕES POR INDÚSTRIAS

Coalizão de 14 entidades se reuniu com o ministro Paulo Guedes para defender a volta do programa Reintegra

Paulo Whitaker/Reuters

Thaís Barcellos, do Estadão Conteúdo

[Leia Mais](#)

MULTAS POR VIOLAÇÃO DA LGPD PODERÃO TER EFEITO RETROATIVO

Em breve, segundo ANPD, devem ser divulgadas as regras para o cálculo das penalidades

Por Gilmara Santos — De São Paulo

[Leia Mais](#)

SP FICA SEM NORMA ESPECÍFICA PARA COBRAR ISS SOBRE MONITORAMENTO E RASTREAMENTO À DISTÂNCIA

Lei municipal de 2003 não foi atualizada de acordo com lei federal de 2021

[Leia Mais](#)

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

STF: ADVOGADOS COBRAM SOLUÇÃO PROMETIDA POR FUX PARA JULGAMENTOS VIRTUAIS

Presidente da Corte disse, há dois meses, que traria resposta sobre os chamados pedidos de destaque

Por Joice Bacelo

[Leia Mais](#)

STF PREVÊ PAUTA FISCAL BILIONÁRIA EM 2022

Na primeira metade do ano R\$ 43,5 bilhões estão em jogo

[Leia Mais](#)

É CONSTITUCIONAL A INCIDÊNCIA DO ISS NO LICENCIAMENTO OU CESSÃO DE DIREITO DE USO DE SOFTWARES — RE 688223/PR (TEMA 590 RG)

O STF decidiu que Incide o Imposto sobre serviços (ISS) no licenciamento ou na cessão de direito de uso de softwares desenvolvidos para clientes de forma personalizada, mesmo quando o serviço seja proveniente do exterior ou sua prestação tenha se iniciado no exterior.

[Leia Mais](#)

ASSOCIAÇÕES QUESTIONAM FORMA DE RECOLHIMENTO DE ICMS DE SOJA E MILHO EM SP

Para as empresas do ramo, o recolhimento a cada operação de saída interestadual da mercadoria causa desvantagem concorrencial.

[Leia Mais](#)

ASSÉDIO JUDICIAL: MINISTRA ROSA WEBER REMETE AÇÃO DA ABRAJI DIRETAMENTE AO PLENÁRIO

A ministra também pediu informações ao presidente da República, ao Senado e à Câmara na ADI ajuizada pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo.

[Leia Mais](#)

ADPF: RESOLUÇÕES DO CONAMA E PROIBIÇÃO DO RETROCESSO

Socio ambiental — ADPF 747/DF e ADPF 749/DF

A revogação de normas operacionais fixadoras de parâmetros mensuráveis necessários ao cumprimento da legislação ambiental, sem sua substituição ou atualização, compromete a observância da Constituição Federal (CF), da legislação vigente e de compromissos internacionais.

[Leia Mais](#)

STF REAFIRMA INCONSTITUCIONALIDADE DA TR PARA CORREÇÃO MONETÁRIA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Até deliberação do Poder Legislativo, devem ser aplicados o IPCA-E, na fase pré-judicial, e, a partir do ajuizamento da ação, a taxa Selic.

[Leia Mais](#)

OAB QUESTIONA PRIORIDADE A REPRESENTANTES COMERCIAIS ENTRE CREDORES DE EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Segundo a entidade, as inovações legislativas afrontam o princípio constitucional da isonomia.

[Leia Mais](#)

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EM CASO DE PERDA TOTAL, APÓLICE SÓ SERÁ PAGA INTEGRALMENTE SE O VALOR DO BEM NÃO SOFRER DEPRECIÇÃO

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manifestou o entendimento de que, em caso de perda total, a indenização do seguro só corresponderá ao montante integral da apólice se o valor do bem, no momento do sinistro, não for menor.

[Leia Mais](#)

VEÍCULO FINANCIADO

ATRASO NA BAIXA DO GRAVAME APÓS QUITAÇÃO, POR SI SÓ, NÃO GERA DANO MORAL, DIZ STJ

Por Danilo Vital

[Leia Mais](#)

TRF/1ª REGIÃO

DECISÃO: NÃO HÁ ILEGALIDADE NA DETERMINAÇÃO DE QUE A ELETROBRÁS FORNEÇA DOCUMENTOS PARA INSTRUIR AÇÕES REFERENTES A EMPRÉSTIMOS COMPULSÓRIO DE ENERGIA ELÉTRICA

A Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) decidiu dar provimento à apelação, interposta por um consumidor, contra a sentença que julgou extinto o processo, sem resolução do mérito, envolvendo empréstimos compulsórios de energia elétrica da Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás), determinando a emenda da petição inicial para que o autor apresentasse as faturas/contas de energia elétrica.

[Leia Mais](#)

DECISÃO: NÃO HÁ INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA EM VALORES REPASSADOS POR EMPRESAS AOS SEUS FUNCIONÁRIOS REFERENTES ÀS BOLSAS DE ESTUDO PARA AUXÍLIO-EDUCAÇÃO

De forma unânime, a 7ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) manteve o entendimento de que não há incidência de contribuição previdenciária em valores repassados por empresas aos seus funcionários referentes às bolsas de estudo para auxílio-educação, independente se o valor é usado para custear cursos de nível básico, superior ou de capacitação.

[Leia Mais](#)

DECISÃO: INDEVIDA A COBRANÇA DE IPI DE EMPRESA ATACADISTA NA ETAPA DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL

A 7ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF) reconheceu indevida a cobrança do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) por atacadista, na etapa de comercialização de produtos de higiene, perfumaria e cosméticos, adquiridos de empresas interdependentes (empresas do mesmo grupo) e revendidos sem qualquer tipo de industrialização. A decisão deu-se no julgamento da apelação da Fazenda Nacional contra a sentença que suspendeu o IPI na comercialização, na hipótese do Decreto 8.393/2015.

[Leia Mais](#)

SERVIÇO HOSPITALAR PRESTADO FORA DA CLÍNICA VALE PARA REDUZIR BASE DA CSLL E IRPJ

Na tese do TRU da 4ª Região, foram excetuadas as consultas médicas e as atividades de cunho administrativo. Leia a decisão

REDAÇÃO JOTA

[Leia Mais](#)

JUSTIÇA FEDERAL

DIREITO DE DEFESA

RECEITA NÃO PODE LIMITAR RECURSO VOLUNTÁRIO COM BASE EM INSTRUÇÃO NORMATIVA, DIZ JUIZ

Por José Higídio

[Leia Mais](#)

PAGA OU NÃO PAGA?

JUSTIÇA DE SP TEM DECISÕES CONFLITANTES SOBRE A COBRANÇA DO DIFERENCIAL DE ICMS

Duas Varas da Fazenda Pública de São Paulo tomaram nos últimos dias decisões conflitantes sobre o pagamento imediato do diferencial de alíquotas (Difal) do ICMS no comércio eletrônico, o que deixa claro o quanto tem feito falta um entendimento unificado sobre o assunto.

[Leia Mais](#)

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

CARF COMUNICA SUSPENSÃO DE TODAS AS SESSÕES DE JULGAMENTO AGENDADAS PARA O PERÍODO DE 17 A 21 DE JANEIRO

Por meio da publicação da Portaria CARF nº 277, de 13 de janeiro de 2022, ficam suspensas todas as sessões de julgamento das Turmas Ordinárias da 1ª Seção de Julgamento, e das 1ª, 2ª e 3ª Turmas Extraordinárias da 3ª Seção de Julgamento agendadas para o período compreendido entre os dias 17 a 21 de janeiro de 2022, em razão da falta de quórum regimental para instalação e deliberação do colegiado, motivado pela adesão de conselheiros representantes da Fazenda Nacional ao movimento paredista da categoria funcional.

[Leia Mais](#)

POR UNANIMIDADE

CARF AFASTA IPI PARA ESTABELECIMENTO EQUIPARADO A INDUSTRIAL

Para o relator, o benefício fiscal alcança estabelecimentos industriais de forma genérica

MARIANA RIBAS

[Leia Mais](#)

DESEMPATE PRÓ-CONTRIBUINTE

CARF AFASTA COBRANÇA DE IOF SOBRE OPERAÇÕES DE AFAC E CONTA CORRENTE

Para os conselheiros, as duas operações em questão são diferentes de casos de mútuo, não incidindo o imposto

MARIANA RIBAS

[Leia Mais](#)

DIRETO DO CARF

CARF AFASTA MULTA DE R\$ 35,8 MILHÕES DE EMPRESA DO GRUPO AMERICANAS

Colegiado entendeu que Receita não conseguiu demonstrar que o contribuinte praticou interposição fraudulenta

MARIANA BRANCO

[Leia Mais](#)

6 VOTOS A 2

CARF: PRODUTO INCORPORADO DEVE SEGUIR CLASSIFICAÇÃO FISCAL DO PRODUTO FINAL

Empresa importa GPS e incorpora em máquinas agrícolas. Para o fisco, deveria incidir IPI com alíquota do produto isolado

MARIANA RIBAS

[Leia Mais](#)

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL

DIREITO TRIBUTÁRIO

PGFN ESTENDE PRAZO PARA ADERIR AO PROGRAMA DE RETOMADA FISCAL

Prazo se encerraria na quarta-feira, dia 29 de dezembro

MARIANA BRANCO

[Leia Mais](#)

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

GESTÃO

MINISTÉRIO DA ECONOMIA APRESENTA O NOVO SISTEMA ELETRÔNICO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Mais interativa e moderna, ferramenta foi remodelada para atender todos os incisos de licitação dispensável da nova Lei de Licitações

[Leia Mais](#)

COMÉRCIO EXTERIOR

SECEX LANÇA CONSULTA PÚBLICA SOBRE NOVA REGULAMENTAÇÃO DO LICENCIAMENTO DE IMPORTAÇÃO

Interessados terão 60 dias para enviar manifestações relacionadas à proposta de ato normativo

[Leia Mais](#)

RECEITA FEDERAL EXIGE PIS E COFINS SOBRE MERCADORIAS “BÔNUS”

A prática da bonificação é comum entre fornecedores e o varejo, especialmente para o lançamento de produtos

Por Gilmara Santos, Valor — São Paulo

[Leia Mais](#)

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DEFINE DIREITOS E DEVERES DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL

Texto estabelece que o auditor deverá preservar o sigilo fiscal dos contribuintes e, na hipótese de vazamento de informações, o fato será investigado criminalmente Cleia Viana/Câmara dos Deputados

[Leia Mais](#)

OPINIÃO

IMPASSE NO DIFERENCIAL DE ALÍQUOTAS

Cabe às empresas se prepararem para esse embate, que promete esquentar o ano tributário desde os seus primeiros dias

Por Igor Mauler Santiago e Luan Moreira

[Leia Mais](#)

CRÉDITO DE PIS/COFINS SOBRE DESPESA ADUANEIRA

É de se entusiasmar que os razoáveis precedentes administrativos sejam mantidos, confirmando o direito ao crédito do PIS e da Cofins sobre as despesas aduaneiras
Por Daniela Floriano

[Leia Mais](#)

MERCADO CAMBIAL BRASILEIRO: A NOVA LEGISLAÇÃO

A novidade vai trazer mais segurança jurídica aos negócios, mas há riscos, como a permissão de contas em dólares no Brasil, para pessoas físicas e jurídicas

Por Michel Abdo Alaby

[Leia Mais](#)

O Informe Jurídico é um informativo diário elaborado pela ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES contendo uma coletânea das principais notícias de interesse empresarial e da legislação federal, estadual e do Município de São Paulo publicadas nos Diários Oficiais e jornais do país.

Adicione nosso remetente aos seus contatos, pois assim os provedores não classificarão nossas mensagens um spam. "envio.advcbm.com.br".



Se você não deseja mais receber nossos e-mails, [cancele a sua inscrição aqui.](#)